

Andercledson Reis

De: Andercledson Reis
Enviado em: quinta-feira, 10 de novembro de 2022 09:24
Para: 'engeservice Segurança eletrônica'
Cc: Hermenson Pereira da Silva; Jhonatha Souza Fonseca
Assunto: RES: pedido de impugnação de edital pregao eletronico 42 2020

Prezado Senhor,
RONES SOUZA DE CARVALHO LIMA
ENGESERVICE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA

Como já informado no e-mail anterior, em 7/11/2022, o questionamento da empresa em face do Pregão Eletrônico 42/2022 foi recebido com simples petição e submetido à análise técnica-demandante. Os setores de Segurança Institucional e de Engenharia deste Tribunal entenderam que a questão mostra-se relevante, podendo impactar na competitividade do certame, o que requer minuciosa análise. Em razão disso, a sessão pública do Pregão Eletrônico 42/2022 foi suspensa. Caso opte-se pelo ajuste no edital, a publicação se dará pelos mesmos meios anteriormente publicados, em observância ao art. 21, §4º, da Lei 8.666/93.

Atenciosamente,

ANDERCLEDSON REIS

Assessoria de Licitações e Contratações
licitacao@tre-ro.jus.br
(69)3211-2082



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES

MISSÃO: Garantir contratações planejadas, ágeis, sustentáveis, transparentes e com qualidade excelente.

VISÃO DE FUTURO: Ser referência no Judiciário em qualidade nas contratações.

VALORES: Acessibilidade, agilidade, eficiência, ética, imparcialidade, inovação, integridade, segurança jurídica, sustentabilidade, transparência e responsabilização.



De: Andercledson Reis
Enviada em: segunda-feira, 7 de novembro de 2022 08:10
Para: 'engeservice Segurança eletrônica' <engeservice.ltda@hotmail.com>
Cc: Hermenson Pereira da Silva <Hermenson.Silva@tre-ro.jus.br>
Assunto: RES: pedido de impugnação de edital pregao eletronico 42 2020

Prezado Senhor,
RONES SOUZA DE CARVALHO LIMA
ENGESERVICE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA

Na data de 5/11/2022 a empresa apresentou impugnação em face do Edital de Pregão Eletrônico nº 42/2022.

Nos termos do item 2.2. do edital, “qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar os termos do edital no prazo de até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.” Considerando que a abertura da sessão está agendada para o dia 09/11/2022 e que o prazo é contado em dias úteis, tem-se que o prazo final para impugnar o edital expirou em 04/11/2002.

Portanto, o pleito é **INTEMPESTIVO**, razão pela qual não pode ser conhecido por este Pregoeiro, em virtude do princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Todavia, pela relevância do conteúdo apresentado, o pedido será recebido como “simples petição” e assim será submetido à apreciação da unidade técnica-demandante, sem efeito suspensivo, não sujeito aos prazos inerentes às licitações.

Atenciosamente,

ANDERCLEDSON REIS

Assessoria de Licitações e Contratações

licitacao@tre-ro.jus.br

(69)3211-2082



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES

MISSÃO: Garantir contratações planejadas, ágeis, sustentáveis, transparentes e com qualidade excelente.

VISÃO DE FUTURO: Ser referência no Judiciário em qualidade nas contratações.

VALORES: Acessibilidade, agilidade, eficiência, ética, imparcialidade, inovação, integridade, segurança jurídica, sustentabilidade, transparência e responsabilização.



De: engeservice Segurança eletrônica <engeservice.ltda@hotmail.com>

Enviada em: sábado, 5 de novembro de 2022 13:49

Para: Licitação <licitacao@tre-ro.jus.br>

Assunto: pedido de impugnação de edital pregao eletronico 42 2020

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Referente ao Pregão Eletrônico Nº 42/2022

Objeto: Contratação de empresa para implantação de sistema de monitoramento por câmeras IP (CFTV-IP) nos locais designados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, incluindo o fornecimento de equipamentos, instalação, treinamento de usuários e garantia, nos termos e condições estabelecidos neste edital e em seus anexos.

ENGESERVICE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 02.285.048/0001-19, representada neste ato por seu Sócio-Administrador Sr. RONES SOUZA DE CARVALHO LIMA portador do RG 506.537 SSP/RO CPF 598.537.512-91 vem por meio desta interpor PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL, conforme razões em anexo

grato

engeserivce

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Referente ao Pregão Eletrônico Nº 42/2022

Objeto: Contratação de empresa para implantação de sistema de monitoramento por câmeras IP (CFTV-IP) nos locais designados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, incluindo o fornecimento de equipamentos, instalação, treinamento de usuários e garantia, nos termos e condições estabelecidos neste edital e em seus anexos.

ENGESERVICE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 02.285.048/0001-19, representada neste ato por seu Sócio-Administrador Sr. RONES SOUZA DE CARVALHO LIMA portador do RG 506.537 SSP/RO CPF 598.537.512-91 vem por meio desta interpor PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL, conforme razões a seguir.

I - SÍNTESE DOS FATOS

ENGESERVICE SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 02.285.048/0001-19, vêm respeitosamente, apresentar pedido de impugnação do edital em epígrafe haja visto a alguma exigências que em nosso entendimento restringe a participação de empresas no certame bem com o fere o princípio da legalidade, conforme razões de fato e direito que serão demonstradas no presente documento.

II - RAZÕES DO PEDIDO

O edital traz como exigência para qualificação técnica no item 9.3 que diz:

“...9.3. Os documentos a serem apresentados para comprovação da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA são os seguintes:

a) Certidão de Registro da empresa, atualizada, expedida ou visada pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, em sua plena validade, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, de acordo com o disposto no inciso I, do art. 30, da Lei nº. 8.666/1993...”

A nosso ver essa exigência fere o princípio da legalidade por não haver previsão legal de que as empresa que prestam serviço de venda e instalação de cftv e equipamentos de segurança eletrônica devam ter obrigatoriedade de registro exclusivamente junto a CREA.

Após aprofundar em estudos e pesquisas sobre o assunto em tela, esta Especializada, verifica que o Tribunal de Contas da União possui o seguinte entendimento sob a questão:

“Acórdão nº 168/2009 – TCU – Plenário

(...) 9.3.2 abstenha-se de exigir a inscrição de licitante, inclusive dos respectivos profissionais, assim como o registro de atestados junto ao Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura – CREA referente à atividades de comercialização e manutenção de bens e serviços de informática, por falta de amparo legal;

9.3.3 estabeleça nos editais, relativamente a qualificação técnica das licitantes, tão-somente requisitos de natureza essencial, que sejam indispensáveis para assegurar o cumprimento da parcela mais relevante do objeto licitado, em conformidade com o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal; (...)” (Ata nº 6/2009 – Plenário, sessão 11/2/2009 – Ordinária).

No julgamento que resultou o referido acórdão, asseveram os membros do Tribunal que o controle do exercício de qualquer atividade profissional depende de expressa ordem legal. No caso do comércio de bens de informática e serviços correlatos que no caso é vendas e instalação de câmeras IP, não há legislação que textualmente regulamente tais atividades. Não obstante, o CRE, mediante ato administrativo próprio (Resolução nº 418/1998), buscou contemplar na esfera sob sua jurisdição as empresas e profissionais da área de informática. Em virtude das controvérsias judiciais levantadas, o referido ato foi revogado por meio da resolução 478/2003. de qualquer modo, o CREA, agora com base em outros normativos internos (Resolução 218/1973) e na sua interpretação da Lei nº 5.194/66, continua, até os dias atuais, fiscalizando esse ramo da economia. Trata-se de atos de natureza corporativista que não possuem a capacidade de legitimar a exigência de registro no CREA, ante a falta de lei específica. Inclusive, na esfera judicial, essa prática, é frequentemente repelida.

Ao exigir registro no CREA o edital exclui do certame as empresas que possuem registros em outros conselhos tais como o Conselho dos Técnicos Industriais, e CAU. Bem como restringe a atuação de profissionais que possuem habilitação legal para executar os serviços técnicos ora licitados, haja visto que apenas o que possuem registro no CREA poderão atuar.

Desta forma, o ordenamento jurídico permite como responsável técnico na coordenação e orientação das equipes de trabalhadores, o engenheiro eletricitista para as empresas registradas no CREA, arquiteto e técnico em eletrotécnica.

Por isto, não seria lícito à administração, em licitação, criar restrições mais severas que as legais, e reduzir o universo de competidores em prejuízo ao Erário. Exigir exclusivamente engenheiro eletricista, já que exige exclusivamente o CREA, e afastar outros profissionais capazes e habilitados é violar a natureza competitiva do certame.

Esta exigência contraria também a Lei 8.666/93 no seu art. 30, inciso primeiro.

Destarte, em face a ordem, a Lei nº 8.666/93, em seu art. 3º, preceitua assim como transcrevo:

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

A par disso, não pode a Administração criar obstáculos à licitação, de modo a restringir o número de participantes aptos a executar os serviços pretendidos, pois, assim, estaria ferindo frontalmente o Princípio da Competitividade, que deve ser obrigatoriamente observado em todo procedimento licitatório.

Ao exigir registro da empresa no CREA edital deixa de cumprir Lei nº 13.639/2018.

Por outro lado, entendemos o zelo da licitante em exigir empresa qualificada para a prestação dos serviços, contudo, o CONSELHO FEDERAL DOS PROFISSIONAIS sejam eles CREA, CFT, CAU e outros, estes tem como função verificar, orientar e fiscalizar as atividades profissionais, logo, pedimos que ao invés do termo:

“a) Certidão de Registro da empresa, atualizada, expedida ou visada pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, em sua plena validade, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, de acordo com o disposto no inciso I, do art. 30, da Lei nº. 8.666/1993...”

Que seja exigido: Certidão do Registro e quitação, do profissional, que possua habilitação legal para prestação dos serviços licitados.

Ai sim, nesse sentido, a administração pode determinar se o profissional deva ter formação de nível superior, no caso engenheiro eletricista. Pois assim as empresas participantes podem

providenciar o futuro vínculo com o profissional exigido no edital, já que o vínculo profissional entre empresa e profissional pode ser feito de varias formas que são permitidas pela legislação, comuns nos editais de obras por exemplo que exige responsável técnico.

III - PEDIDOS

Pelo exposto, pedimos a **impugnação do Edital do Pregão Eletrônico nº. 031/2021/CPP/ALE/RO**, para que retirado do edital a exigência de *Certidão de Registro da empresa, atualizada, expedida ou visada pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA* e que seja acrescentado a solicitação a certidão do registro e quitação de profissional de nível superior que possua habilitação legal para execução dos serviços bem como a comprovação do vínculo profissional nas formas da lei.

Nova União/RO, 04 de novembro de 2022.

Nestes Termos.

P. Deferimento.

Atenciosamente,



RONES SOUZA DE CARVALHO LIMA
SÓCIO-ADMINISTRADOR